

# SUMÁRIO

Prefácio .....	13
Apresentação.....	19
Introdução .....	25
A razão mercantil, 26; O amadorismo pedagógico, 29	
Capítulo 1	
Educação enquanto atividade pedagógica .....	33
A cultura como objeto da educação, 33; Não há transmissão, mas apropriação, 35; O professor como portador do senso comum, 36; Educação escolar exige saber técnico-científico, 39; A ideologia do “não”, 43; “Limites”: um discurso muito limitado, 46; Democracia como fundamento de humanidade, 47; Democracia como fundamento pedagógico, 48; A marca	

do autoritarismo desde a infância, 50;  
 “Construção do conhecimento”?, 58; Quem  
 trata de políticas educacionais precisa  
 entender de educação, 60

Capítulo 2	Educação enquanto processo de trabalho.....	63
	Produção material e produção não material, 64; Trabalho manual e trabalho intelectual, 65; Elementos do processo de trabalho, 68; O produto da escola, 69; Elementos do processo de trabalho pedagógico, 72; Um objeto de trabalho singular, 73; Trabalho concreto e trabalho abstrato, 74; Trabalho forçado, 76; A relevância do produto, 78; Consciência do processo pedagógico, 80; Em síntese..., 86	
Capítulo 3	Quem “trabalha” no processo pedagógico .....	87
	“Educar” é com a família. Escola só ‘ensina’.”, 88; O engodo das novas tecnologias, 91; Avaliação, 94; Avaliação no processo, 95; A “cultura” do exame, 96; “Avaliação” externa: um álibi para nada fazer, 97; A singularidade do trabalho educativo, 101; Condições de trabalho, 107; Formação docente, 108; As críticas à “proletarização”	

do trabalho docente, 110; O professor não educa sozinho, 112; Qualidade de vida do professor, 113; Identidade profissional, 114; Dignidade, 117; Indignação, 120

Capítulo 4	Conclusões.....	123
	Referências.....	135



# PREFÁCIO

A leitura deste livro de Vitor Paro proporcionou a mim duas densas experiências de reflexão.

A primeira experiência veio acompanhada de certo alívio, ainda que esse alívio pouco tenha diminuído as recentes amarguras.

Explico.

*Professor: artesão ou operário?* é um livro que permite ao leitor familiarizado com os escritos do autor reconhecer uma obra. Ou seja, este escrito renova e também complementa argumentos defendidos no transcorrer da produção de um ponto de vista “seu”, autoral.

Estou certo de que li todos os livros publicados por esse prolífico autor e, no todo, é possível reconhecer que alguns de seus argumentos foram construídos, lapidados, confirmados e adensados no acúmulo de pesquisas que se estruturaram com base nos referenciais teóricos que domina com singular propriedade. Isso edificou “sua” obra. Este livro é parte dela.

Aqui a noção de obra se reporta aos muitos debates enjoados por James Clifford sobre a qualidade e autoridade

da escrita etnográfica e diz respeito àqueles autores que escreveram livros que ricamente se complementam com o passar do tempo e, ao mesmo tempo, se renovam com as pesquisas que fundamentam o corpo argumentativo que sustentam.

A experiência de alívio a que me referi logo ao início decorre da constatação que este livro proporciona: de que os professores têm onde buscar referências para recusar a ideia de que o “produto” da escola seja o compêndio de seus conteúdos.

O autor confirma algo que ele mesmo fez questão de sempre ensinar. Renova com mais uma pesquisa sua convicção de que o produto da escola é o ser humano educado.

É o ser humano educado que se configura como pessoa comprometida com a humanidade no seu todo e com a não aceitação da realidade como dado natural, portanto, alguém disposto a desestabilizar desigualdades e iniquidades.

Este oportuno livro é publicado num momento de extraordinário ataque à escola pública.

Tenho pessoalmente me ocupado em compartilhar estratégias de resistência contra os “mercadores de eficiência”. São predadores que em nome da racionalidade mercantil, levada às últimas e mais sombrias consequências, operam o desmonte das responsabilidades estatais sobre a educação pública e vendem, literalmente vendem, uma noção de produto baseada em sistemas de ensino.

Divulga-se uma destruidora promessa de “desprofissionalização” da docência.

São fundações e assessorias privadas que se dirigem à sociedade promovendo um “produto” que pode evitar a “contaminação” dos conteúdos tanto pelas opções ideológicas dos professores, quanto pelo despreparo que têm demonstrado no tempo das avaliações em larga escala.

A ênfase no método, na plataforma de conteúdos, no sistema de ensino expressa uma estratégia que alerta os governos para um erro estratégico. Estariam delegando aos professores um protagonismo “desnecessário”, uma vez que a efetividade do que chamam equivocadamente de trabalho (e o autor explica em detalhes qual a base conceptual do trabalho) estaria no controle da aplicação desses sistemas, com a conseqüente aferição de resultados a partir de dois processos. O primeiro que verifica se o professor seguiu o roteiro das plataformas dos sistemas de ensino. O segundo que dialoga com aqueles que tais agentes denominam clientes: os próprios alunos e, principalmente, seus familiares.

Quem é o professor nesse contexto?

Ao apresentar essa questão organizando-a com a própria pergunta (artesão ou operário?), Vitor Paro mostra a força argumentativa que está presente em toda sua obra e que se destaca oportunamente neste livro. O lugar do professor não pode ser evocado com os repertórios de um gerencialismo que reduz sua presença e sua razão de ser ao manejo de materiais, métodos e sistemas.

Isso já vale a leitura. Isso alivia (um pouco) a tristeza dos que assistem às cenas de esvaziamento dos compromissos públicos com a educação pela submissão do Estado aos agentes da razão privada.

Mas eu mencionei duas densas experiências proporcionadas pela leitura desse livro.

A segunda tem conexões históricas expressivas.

A organização do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) a partir de 1956, na órbita dos inúmeros projetos levados a efeito pela grandeza do encontro político entre Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, talvez tenha sido o mais sólido gesto de aproximação entre pesquisa e escola que o Brasil tenha conhecido. Desnecessário lembrar que nem sequer tínhamos o sistema de pós-graduação que temos hoje em dia.

O projeto do CBPE se desdobrava em Centros Regionais de Pesquisa Educacional, os CRPEs.

Dentre os CRPEs, o que foi instalado em São Paulo, na Universidade de São Paulo (USP), foi responsável por momentos luminosos na história social da pesquisa educacional.

Entre o final da década de 1950 e o início da década de 1970, quando o golpe civil-militar desfigurou a razão de ser tanto do CBPE quanto dos CRPEs, a cidade de São Paulo presenciou o encontro de jovens brilhantes que, na sequência, poucos anos após, já seriam reconhecidos como intelectuais de primeira grandeza.

No CRPE de São Paulo se encontraram, por exemplo, Antonio Candido (ainda cientista social), Dante Moreira Leite e o muito jovem Luiz Pereira, que participava do projeto com o incentivo de Florestan Fernandes.

Produziram, no bojo daquela rica experiência, escritos semanais, que mantêm impressionante atualidade.



Candido, por exemplo, escreveu a primeira versão de “A estrutura da escola”. Um verdadeiro tratado sociológico que expunha a convicção do autor de que a escola tem algo de próprio, de exclusivamente seu, e que somente se revela se observada de perto, se conhecida de dentro para fora.

Já Dante Moreira Leite, concordando com a premissa, escreveu vários textos nos quais argumentava que as palavras *avaliação* e *reprovação* expressavam os aspectos mais desumanos da desigualdade econômica presente na realidade escolar e propunha um padrão de pesquisa que denunciava a inconsistência das métricas, dos *scores*, daquilo que Maria Helena de Souza Patto denomina de “razão psicométrica” (lembrei-me também d’outro texto de Vitor Paro que afirma sem meias-palavras que a reprovação escolar é a renúncia à educação).

Mas Candido e Moreira Leite interagiram também com Luiz Pereira, citado duas vezes neste livro, e sem que tivessem produzido um único escrito conjunto fizeram, todavia, uma obra de referência sobre como estudar a escola, como pesquisá-la e como defendê-la daquilo que a desestabiliza por dentro e por fora.

É interessante lembrar que tanto no CBPE (que funcionava no Rio de Janeiro) quanto no CRPE de São Paulo, a etnografia era apresentada como recurso por excelência da pesquisa em escolas. E, coincidentemente, no que diz respeito às pesquisas com professores, a força argumentativa daqueles jovens repercutia nas pesquisas de Aparecida Joly Gouveia e, assim, no eixo Rio-São Paulo eram produzidos densos estudos que muitas vezes recomendavam

a “passagem” da etnografia para a entrevista aberta, exatamente o que fez Vitor Paro nessa incursão na escola pesquisada.

Ou seja, na órbita do CBPE e do CRPE de São Paulo, a etnografia foi dignificada tomando a escola como objeto de pesquisa, e a arte de entrevistar foi especialmente adensada com os novos referenciais que aqueles intelectuais traziam para a pesquisa educacional.

*Professor: artesão ou operário?* é um livro, portanto, que se localiza dentro de uma obra de referência para os educadores brasileiros, a do autor, e se “posiciona” dentro de uma tradição de pesquisa que ensina a adentrar a escola, a ouvir seus protagonistas e a entretecer todos os fatos e palavras com fios puxados de bases conceituais críticas e fundamentais para a emancipação dos próprios sujeitos pesquisados.

Espero que muitos, muitos professores, leiam este precioso livro.

Para mim, foi uma imerecida honra prefaciá-lo.

Marcos Cezar de Freitas  
Universidade Federal de São Paulo

# APRESENTAÇÃO

Este livro apresenta os resultados da pesquisa realizada no período de março de 2014 a fevereiro de 2018, que teve como objetivo geral “estudar a singularidade da ação educativa escolar como processo de trabalho e investigar suas implicações para as políticas educacionais e para a administração da educação fundamental”.

A metodologia envolveu investigação empírica com trabalho de campo na rede pública de ensino e pesquisa bibliográfico-documental. Teve contornos análogos aos dos procedimentos metodológicos adotados em pesquisas que coordenei ultimamente (Paro, 2000, 2003, 2007, 2011, 2016), merecendo mais ou menos a mesma justificativa e fundamentação teórica, mas adequada obviamente ao objeto de estudo aqui delimitado.

A pesquisa bibliográfico-documental envolveu o levantamento e a análise da literatura não apenas das áreas da Pedagogia, das políticas públicas em educação e da prática escolar, mas também da Economia Política e demais disciplinas e áreas que estudam o processo de trabalho como atividade humana considerada em suas dimensões

culturais, econômicas, sociais e políticas. Este campo conta com vastíssima bibliografia que, embora já venha sendo objeto de meus estudos há muito tempo, mereceu uma revisão, contemplando especialmente as obras de inspiração marxista, que me parecem as mais fecundas, mas sem ignorar outros estudos clássicos, desde Adam Smith (2010) até os nossos dias.

Os estudos da área educacional contemplaram por um lado as várias disciplinas que dão fundamento à Pedagogia e à Didática (Filosofia, História, Sociologia, Antropologia, Psicologia, etc.), em busca de subsídios teóricos para a reflexão a respeito da educação, do processo de ensino e do educador como trabalhador. Por outro lado, abarcou também o exame de pesquisas e trabalhos teóricos recentes a respeito das políticas públicas, da administração da escola fundamental e da prática escolar.

A pesquisa privilegiou técnicas qualitativas de análise porque parece ser esta opção a que permite mais adequadamente examinar em profundidade os múltiplos aspectos do objeto em questão. À semelhança de outras investigações que realizei sobre as questões que envolvem a educação escolar de nível fundamental (Paro, 2000, 2003, 2011, 2016), pretendia-se, preliminarmente, realizar pesquisa de campo de cunho etnográfico, nos termos propostos pelas pesquisadoras do Departamento de Investigaciones Educativa do México, Justa Ezpeleta, Elsie Rockwell e Ruth Mercado (cf. Ezpeleta; Rockwell, 1986; Rockwell; Mercado, 1986). Todavia, no início da investigação, constatou-se a desnecessidade de minuciosas observações e de meticuloso

acompanhamento de atividades no cotidiano da escola (até pela riqueza e quantidade dos dados já recolhidos em pesquisas anteriores), optando-se por valorizar em maior grau as entrevistas com os educadores escolares. Para isso, utilizou-se um roteiro semiestruturado e flexível de entrevistas.

Nessas entrevistas, do tipo semiabertas, adotei uma postura bastante elástica, de modo que o entrevistado discorresse amplamente e sem constrangimentos a respeito do tema solicitado. Além disso, as entrevistas não consistiram apenas na escuta passiva das respostas dos depoentes, mas procurou-se estabelecer um diálogo, antepondo algum tipo de questionamento às informações e opiniões expressas pelos entrevistados. Esse mecanismo, utilizado em estudos anteriores (Paro, 2000, 2003, 2011, 2016) com bons resultados, é recomendado por Michel Thiollent (1987), para quem, não obstante as críticas que podem ser suscitadas a respeito da “imposição de problemática”, “é justamente o questionamento que deveria superar a unilateralidade da observação do outro ao permitir uma real intercomunicação” (p. 23-24).

Obviamente, não se tratou de entrar em conflito com o entrevistado de modo a comprometer sua espontaneidade ao se expressar, mas de problematizar algumas de suas falas, aprofundando com ele a reflexão sobre o assunto e verificando suas ponderações diante de posições divergentes (Cf. Paro, 2016, p. 34). Desse modo, o trabalho de campo ensejou não apenas a coleta de opiniões e impressões, mas também a discussão, o questionamento e o levantamento de problemas e de propostas.

A pesquisa de campo realizou-se, em 2016, numa Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef), do sistema público de ensino da cidade de São Paulo. A unidade escolar, aqui chamada de Emef Délio Jardim da Silva<sup>1</sup>, está situada em bairro de camada média, localizado na Zona Oeste da Capital, mas que recebe também um bom contingente de estudantes das camadas mais pobres das localidades próximas, funcionando nos períodos da manhã e da tarde.

Embora se trate de texto acadêmico com base em investigação científica, o livro tem a pretensão de ser acessível ao público em geral e contribuir especialmente para a reflexão e a prática dos professores e professoras da escola básica, de cujo trabalho, nunca é demais frisar, depende em grande medida a construção de uma sociedade humana digna desse nome. Ele está organizado em uma introdução e quatro capítulos. Em sua redação utilizei fartamente de trechos de trabalho anterior (Paro, 2015), dispensando-me da utilização das aspas. Na introdução anuncio o tema e enfatizo a importância de estudar a educação enquanto processo de trabalho e a importância da consideração desse estudo para contrapor-se à “razão mercantil” e ao “amadorismo pedagógico” que ameaçam comprometer inapelavelmente a construção de uma educação pública de qualidade. No primeiro capítulo, é apresentado o

---

1. Para manter o sigilo das fontes de informação, o nome da escola bem como o de cada uma das pessoas e localidades envolvidas como objetos de pesquisa são fictícios.

conceito de educação e sua consideração como atividade pedagógica, bem como os princípios técnicos gerais relacionados a essa atividade. No segundo, procede-se à análise da educação como processo de trabalho, examinando os elementos que o constituem e que concorrem para sua configuração singular diante de outros tipos de trabalho concreto. A ação de educando e educador como sujeitos que executam trabalho humano é examinada no capítulo terceiro, enfatizando-se o caráter ao mesmo tempo técnico e político dessa atividade. Finalmente, no capítulo 4, são apresentadas as conclusões gerais a que se pôde chegar a partir da investigação.